

Descolonizar: reimaginar a ordem do sensível no Portugal pós-colonial. Este ensaio propõe uma leitura pós-colonial da sociedade portuguesa a partir da sociologia, articulando uma abordagem interdisciplinar que convoca a história, a antropologia, os estudos culturais e a psicologia social. Analisa-se a persistência do colonialismo nos regimes sensoriais que estruturam o presente, explorando três frentes: a violência racializada, a resiliência do luso-tropicalismo como tecnologia de poder e as estéticas de resistência que desafiam os códigos hegemónicos de percepção. Dialogando com o campo dos estudos sensoriais, o texto convoca o *sensorium* como dispositivo analítico para compreender a colonialidade inscrita nos sentidos. Descolonizar é, aqui, uma tarefa analítica, política e sensorial que exige reconfiguração epistémica. A questão final não é retórica, mas metodológica: o que é preciso *sentir* para descolonizar?

PALAVRAS-CHAVE: Sociologia pós-colonial; luso-tropicalismo; estudos sensoriais; racismo estrutural; colonialismo sensorial.

Decolonising: Reimagining the sensory order in post-colonial Portugal. This essay offers a postcolonial reading of Portuguese society through a sociological lens, taking an interdisciplinary approach that incorporates history, anthropology, cultural studies and social psychology. It examines the persistence of colonialism in the sensory regimes, focusing on three interrelated dimensions: racialised violence, the resilience of luso-tropicalism as a technology of power, and aesthetic forms of resistance that challenge hegemonic codes of perception. Engaging with sensory studies, the essay mobilises the *sensorium* as an analytical device to explore the coloniality inscribed in the senses. Decolonisation is thus presented as an analytical, political and sensory undertaking that requires epistemic reconfiguration. The final question is not rhetorical, but methodological: what must be felt to decolonise?.

KEYWORDS: Postcolonial sociology; luso-tropicalism; sensory studies; structural racism; sensory colonialism.

Descolonizar: reimaginar a ordem do sensível no Portugal pós-colonial

Portugal é frequentemente caracterizado como um país pós-colonial, herdeiro de um extenso legado imperial dissolvido após a Revolução de Abril de 1974. Esse marco histórico encerrou décadas de autoritarismo e acelerou a independência das colónias africanas.¹ Convencionalmente entendida como transferência de soberania dos Estados colonizadores para novos Estados-nação (ver Santos neste dossiê), a descolonização associa-se ao contexto revolucionário de 1974. Contudo, cinco décadas depois, permanece uma questão central nas ciências sociais: Portugal descolonizou efetivamente? E que tipo de pós-colonialismo caracteriza hoje a sociedade portuguesa? Neste ensaio, exploro o significado do termo “descolonizar” à luz dos contornos singulares do “mundo português”, espaço moldado por histórias entrelaçadas entre Portugal e as suas ex-colónias (Silva e Cabral, 2020).

A sucessão de episódios de violência racial, acompanhada pela crescente presença do ativismo antirracista no debate público, expõe a tensão entre o apagamento histórico da violência colonial e a espetacularização fugaz do racismo. Esta contradição reflete uma incapacidade estrutural em reconhecer o racismo como sistema enraizado, mesmo perante os avanços críticos das ciências sociais e a força do ativismo antirracista, sobretudo desde os anos 1990 (Araújo, 2008; Santos e Vasconcelos, 2019). A racialização contemporânea evidencia “linhas de cor” coloniais, clivagens que, como Du Bois antecipou em 1903, continuam a moldar desigualdades materiais e hierarquias simbólicas. Argumento, com Jacques Rancière (2004), que a “distribuição do sensível”,

¹ A descolonização portuguesa, frequentemente ligada às independências africanas após 1974, permaneceu aberta na Ásia: a transferência de soberania política de Macau para a China ocorreu apenas em 1999 e Timor-Leste só atingiu plena soberania em 2002, após ocupação indonésia, complexificando o conceito de “pós-colonial” português.

na situação portuguesa, se ancora em regimes coloniais de percepção. O luso-tropicalismo, teoria de Gilberto Freyre instrumentalizada pelo Estado Novo, atuou como tecnologia sensorial. Ao exaltar a mestiçagem como mito fundador, silenciou o trabalho forçado, o epistemicídio e a violência sexual. Apesar da sua desconstrução académica (Castelo, 1998; Almeida, 2000; Araújo, 2021, Jerónimo e Monteiro, 2019), persiste como imaginário cultural e estratégia discursiva, mostrando resistência à crítica e reforçando apologias do excepcionalismo colonial (Anderson, Roque e Santos, 2019).

Partindo da sociologia – historicamente, uma disciplina das ciências sociais pouco dedicada ao legado colonial² –, procuro visibilizar as marcas coloniais inscritas no presente, abordando três frentes analíticas: (1) a persistência da violência racializada colonial; (2) a resiliência sensorial do luso-tropicalismo; e (3) as contra-estéticas antirracistas que desafiam os códigos hegemónicos de percepção. Esta reflexão dialoga explicitamente com disciplinas próximas, como a história, a antropologia, os estudos culturais e a psicologia social, sublinhando a necessidade de uma abordagem interdisciplinar que articule passado e presente como formas entrelaçadas de dominação. Descolonizar os sentidos é desmantelar os regimes de poder que os estruturam.

VIOLÊNCIA, HIPERVISIBILIDADE E INVISIBILIDADE EM PORTUGAL

2024, o ano do cinquentenário do 25 de Abril, ficou marcado por imagens de violência racializada. Uma das mais emblemáticas, captada durante uma rusga policial na Rua do Benformoso, em Lisboa, a 19 de dezembro de 2024, retrata homens imigrantes encostados a uma parede, indefesos, com os braços erguidos. Este episódio ilustra a crescente violência contra populações racializadas e migrantes, num contexto de ascensão do populismo de extrema-direita, particularmente com o partido Chega, desde 2019. Nascente da nostalgia pelo passado autoritário (Valentim, 2024), a emergência de discursos políticos abertamente racistas tem normalizado práticas discriminatórias e exposto a violência estrutural anteriormente menos visível. A análise do discurso do

² É certo que a história da sociologia em Portugal tem ignorado, de forma estrutural, a sua ligação à administração colonial e à racionalidade do Estado Novo. Como Frederico Ágoas (2013) observa, este silêncio deu origem a uma genealogia artificialmente “pura”, ocultando as cumplicidades disciplinares com o império. Mesmo centros críticos como o CES, em Coimbra, com importantes contributos para a mudança epistemológica para o Sul global, nem sempre confrontaram de forma sistemática essa herança colonial interna (Santos e Meneses, 2003). Não há, contudo, verdadeira descolonização dos saberes sem uma descolonização da própria história da sociologia.

presidente Marcelo Rebelo de Sousa (2016-2021) mostra como o luso-tropicalismo ainda sustenta o mito da “tolerância racial” portuguesa (Sousa, 2021).

Na Assembleia da República, André Ventura, líder do Chega, amplificou o discurso com a frase “Encostem-nos à parede”, gerando protestos imediatos. A 11 de janeiro de 2025, milhares manifestaram-se em Lisboa, denunciando a violência crescente contra minorias, exacerbada pela pandemia da COVID-19, conforme alertou a Amnistia Internacional. Exemplos notáveis incluem os homicídios de Bruno Candé em Moscavide e de Odair Moniz na Cova da Moura, além de diversas agressões físicas e simbólicas. Segundo o Relatório Anual de Segurança Interna (RASI), desde 2019 a ameaça da extrema-direita cresceu 38% apenas em 2023.

Dados recentes (Costa-Lopes et al., 2024) indicam que 68% dos portugueses consideram a política de imigração excessivamente permissiva; 67,4% associam os migrantes ao aumento da criminalidade, e 68,9% acreditam que estes contribuem para a redução de salários. O *European Social Survey* (2020) confirma que 55% dos portugueses exibem preconceitos raciais, embora persista o mito do excepcionalismo racial português – isto é, a crença de que o país é historicamente mais tolerante e menos racista do que outras ex-potências coloniais. Este mito tem sido desconstruído por diversos estudos, nomeadamente na esteira dos trabalhos de Jorge Vala e da psicologia social (Vala e Pereira, 2018), que introduziram no debate português a noção de “norma antirracista”, ou seja, a ideia de que o racismo tende a ser negado no plano discursivo, mesmo quando se expressa em atitudes e práticas discriminatórias. Estudos recentes (Piccinelli, Vauclair e Madeira, 2024) evidenciam a relação entre micro-agressões e estruturas de privilégio enraizadas no colonialismo e perpetuadas por mitos luso-tropicalistas. Para o psicólogo social Cícero Pereira (2023), o luso-tropicalismo legitima desigualdades atuais. Por seu turno, Madeira et al. (no prelo) demonstram como estas crenças persistem nas atitudes face à imigração, reforçando políticas excluidentes sob a retórica da tolerância cultural.

A crítica ao imaginário luso-tropicalista tem sido um eixo recorrente nas ciências sociais. O historiador Pedro Cardim (2023) reflete sobre as implicações da reavaliação do passado imperial português, mostrando que a mudança de percepções não provém apenas da investigação académica, mas também de novas formas de envolvimento cívico que contestam narrativas hegemónicas fora da academia. Desde o início do século XX, quando surgiu o movimento negro em Lisboa (Roldão, Pereira e Varela, 2023), movimentos antirracistas têm impulsionado várias formas de resistência. Três fases são marcantes (Pereira e Varela, 2019): o movimento negro (1911-1933); a poesia negra e o nacionalismo africano (1942-1963); e o movimento contemporâneo (1990-2020). Uma ativista antirracista, em entrevista recente (Aboim, 2025), resumiu

esta luta constante: “Toda a nossa vida é um ativismo, pois temos de nos defender de várias agressões, micro e macro, constantemente. O momento em que percebi que era uma mulher negra nesta sociedade define a minha existência enquanto resistência.”

Esta dinâmica entre produção científica e ação pública aprofunda o debate sobre o legado colonial. O trabalho crítico recorre a formas criativas, como a exposição “Álbum de fotografias: auto-representações fotográficas da diáspora africana (1975-hoje)”, no Padrão dos Descobrimentos, sob a curadoria de Filipa Lowndes Vicente e Inocêncio Mata. A mostra reuniu álbuns de família de comunidades afrodescendentes e africanas na Grande Lisboa. Dela surgiu a publicação *Álbuns de Família – Fotografias da Diáspora Africana na Grande Lisboa (1975-hoje)* (Vicente, Mata e Diniz, 2025), reforçando a relação entre investigação, memória e criação visual em contexto pós-colonial.

Estas iniciativas têm contribuído para tornar mais visível a presença histórica de comunidades racializadas, contrariando o apagamento estatístico e político. Apesar do crescimento da população migrante e racializada, o país evitou, durante décadas, contabilizar oficialmente a população negra, temendo legitimar práticas segregacionistas. Só em 2023 esta omissão foi parcialmente quebrada pelo Instituto Nacional de Estatística, que inquiriu 500 mil pessoas no âmbito do Inquérito às Condições de Vida e Trajetórias (ICOT). Enquanto 84,2% da população se identifica como branca, 1,4 milhões possuem origens imigrantes. Entre as pessoas que se identificam como ciganas, 51,3% reportaram experiências de discriminação, valor que atinge 44,2% entre pessoas negras.

A violência racializada em Portugal assume formas materiais e simbólicas, expondo o paradoxo entre hipervisibilidade e apagamento. A mediatisação destas comunidades, frequentemente retratadas de forma criminalizante, contrasta com o silenciamento das suas memórias e reivindicações no espaço público (Peralta, 2017; Peralta e Domingos, 2019). Este regime de visibilidade seletiva configura uma necromemória (Camilo, 2021), enraizada na necropolítica de Achille Mbembe: uma política de memória que apaga vidas e lutas, evocando corpos racializados sobretudo por dor, crime ou morte. Sustentada por narrativas oficiais que continuam a glorificar o passado colonial (Araújo e Rodrigues, 2018), esta necromemória é cada vez mais contestada. Frente à sua reprodução no discurso público, ergue-se uma resposta crítica que, entre a academia, o ativismo e a criação cultural, denuncia o apagamento e confronta as persistências coloniais no quotidiano português.

DESCOLONIZAR A MEMÓRIA

Os estudos pós-coloniais, desenvolvidos há mais de meio século, continuam cruciais para compreender as heranças do colonialismo. Em Portugal, a reflexão sobre o pós-colonialismo ganhou força a partir dos anos 1990, quando Boaventura de Sousa Santos (2001) destacou a “especificidade” do colonialismo português. Um dos debates centrais foca a condição “periférica” do império português: simultaneamente centro imperial e periferia do Norte global. Dialogando com Edward Said, Frantz Fanon e Gayatri Spivak, as ciências sociais em Portugal enfatizaram que o império português envolveu experiências históricas e contextos sociopolíticos distintos dos registados em impérios anglo-saxónicos, exigindo abordagens próprias (Medeiros, 2007; Cunha, 2009), capazes de superar o viés anglocêntrico dos estudos pós-coloniais e de reconhecer a natureza híbrida e heterogénea das realidades lusófonas (Ferreira, 2007).

Em paralelo, críticas recentes expõem o carácter prolongado do colonialismo português e a tensão entre o mito da “colonização branda” e a violência estrutural (Sanches, 2005). Essa tensão revela-se na persistência do mito do “não-racismo português”, sustentado pelo luso-tropicalismo de Gilberto Freyre (1933). Este ideal, centrado na miscigenação como harmonia racial, foi amplamente desmontado (ver, entre outros, Castelo, 1998; Bastos, 2019; Bastos, Feldman-Bianco e Almeida, 2002; Anderson, Roque e Santos, 2019). Estes estudos mostram como o luso-tropicalismo foi instrumentalizado pelo Estado Novo para banalizar o colonialismo, perpetuando-se no imaginário nacional mesmo após o fim do império. Marcos Cardão (2018) identifica ecos desse imaginário na cultura popular urbana: da música pop ao futebol e ao concurso da Miss Portugal. Para Domingos e Peralta (2023), esse legado molda o espaço público e urbano de Lisboa, ocultando a violência e o racismo inerentes ao projeto colonial português. Michel Cahen (2018) aprofunda esta crítica ao evidenciar como o luso-tropicalismo serviu para branquear dinâmicas expansionistas, tanto em territórios africanos como em regiões internas ao Brasil. Para o autor, a “colonialidade de Freyre” permanece sub-analisada, justamente por estar entrelaçada com a própria colonialidade do Brasil contemporâneo.

A persistência desta narrativa integra o que Miguel Vale de Almeida (2022) define como “pós-luso-tropicalismo”, um cenário em que o luso-tropicalismo continua a moldar identidades e a dificultar uma descolonização plena. Aliamentando-se de mitos históricos, este pós-luso-tropicalismo fomenta uma memória coletiva seletiva (Halbwachs, 1992), onde os “lugares da memória” (Nora, 1989) operam frequentemente como dispositivos de apagamento.

Em Portugal, autoras como Margarida Calafate Ribeiro (2004) revelaram os silêncios da descolonização e do regresso dos ex-colonos. Para Ann Laura Stoler (2016), esses silêncios são formas de “coerção imperial”, onde hierarquias coloniais persistem sob roupagens comemorativas: “as consequências coloniais”, afirma Stoler (2016, p. 35), “perduram de formas mais palpavelmente complexas”.

Compreender a longevidade dos impérios no imaginário contemporâneo exige reflexão crítica e capaz de confrontar silêncios estruturais e mecanismos seletivos de recordação. Como argumentou Fernando Rosas (2013), este trabalho de revisitação é condição para a construção de uma democracia com memória efetiva. Neste período pós-colonial e de pós-memória (Ribeiro e Ribeiro, 2016), é desafiante ir além da denúncia discursiva e explorar as formas pelas quais o passado, como memória sensorial, ressoa no corpo e nos sentidos. Como observou Seremetakis (1997, p. 7): “A memória sensorial da mediação sobre a substância histórica da experiência não é uma mera repetição, mas uma transformação que traz o passado para o presente como um evento natal.” São estas reverberações – nos cheiros, gestos ou sons – que revelam como o legado colonial persiste não apenas nas estruturas, mas também na textura íntima das vidas quotidianas (Ong, 1991). Importa, portanto, explorar a fenomenologia da memória, fazendo “sentido” do legado colonial.

(PÓS)LUSO-TROPICALISMO E RESISTÊNCIA SENSORIAL

Como amplamente demonstrado, a literatura crítica sobre o luso-tropicalismo de Gilberto Freyre é vasta e diversificada. Em *Casa-Grande & Senzala*, Freyre (2005 [1933]) atribuiu ao tato um papel central na experiência colonial portuguesa, uma intuição mais tarde desenvolvida por Francisco Quinteiro Pires (2021) através do conceito de “colonialismo tátil”. A “plasticidade portuguesa”, entendida como abertura ao contacto físico com populações africanas e indígenas, tornou-se metáfora da miscigenação, tanto cultural como biológica. Contudo, como alerta também Pires (2021), essa ênfase tátil seria progressivamente substituída, ao longo das décadas seguintes, por um regime visual de representação. Em *Aventura e Rotina* (Freyre, 1953), nota o mesmo autor, Freyre desloca o foco do toque para o olhar colonizador, reforçando a ideia de um exceisionalismo português, agora ancorado na imagem do corpo miscigenado como suposta prova visual da ausência de racismo.

A noção de “colonialismo tátil” continua sub-explorada no campo analítico, apesar do seu potencial teórico. O papel do tato – e, mais amplamente, dos sentidos para além da visão – exige maior atenção. As interrogações de Pires (2021) mantêm-se relevantes. Ao revelar como as lógicas coloniais se

reproduzem através de dinâmicas sensoriais – não apenas visuais, mas também táteis, olfativas, gustativas e auditivas –, o “colonialismo tátil” oferece ferramentas cruciais para compreender de que modo o discurso freyriano conseguiu estetizar e normalizar a violência colonial. Longe de se esgotar na legitimação do luso-tropicalismo, esta proposta aponta para a persistência de um legado sensorial que continua a moldar a experiência social no presente. Atentar às especificidades do regime sensorial português e ao seu diálogo tenso com o “ocularcentrismo” hegemónico permite abrir uma análise fenomenológica e sociológica dos corpos e dos modos como sentem, resistem e reagem. Se o tato foi historicamente instrumentalizado como tecnologia de poder e colonialidade, é também no plano sensível que se delineiam formas de resistência antirracista, como evidenciado pela investigação que recentemente desenvolvi no âmbito do projeto «Problematizar a raça».³

Descolonizar exige, por isso, reapropriar os sentidos que foram negados e instrumentalizados. Estudos recentes (Howes, 2022) mostram que estes podem ser mobilizados para desestabilizar regimes coloniais do visível e do tangível, dinâmicas também aplicáveis ao contexto português. Entrevistas com mulheres ativistas em Lisboa (Aboim, 2025), muitas oriundas das ex-colónias africanas, mostram precisamente como os sentidos operam como formas de resistência. Nas suas práticas, o tato emerge como uma ferramenta de reconexão haptica. A audição e a própria voz manifestam-se em discursos públicos, palavras de ordem pública ou mesmo na música e no canto. Esta resistência sensorial atravessa gerações, mobilizando a juventude da pós-memória, que recorre ao graffiti e ao rap para inscrever novas narrativas no espaço público (Campos e Vaz, 2014). O resgate dos sentidos permite reimaginar o pós-colonialismo português como campo plural de vozes, corpos e sensibilidades. A interrogação “Há negros portugueses?” (Pereira e Crespo, 2022) expõe as ambiguidades da pertença e a persistência da exclusão racial num país ainda à sombra do império.

EPÍLOGO

Descolonizar não é apenas reparar o passado, mas ressignificar as estruturas que moldam a experiência do mundo: dos regimes de visibilidade aos códigos do sensível. Para as ciências sociais, este processo exige uma reescrita epistémica e um compromisso com a contramemória, espaço onde se inserem as múltiplas abordagens críticas mencionadas neste ensaio. Partindo de uma

³ Desenvolvido entre 2023 e 2025, este projeto foi financiado pela Fundação para a Ciéncia e Tecnologia, <https://doi.org/10.54499/2022.04225.PTDC>.

perspetiva pós-colonial e atravessando várias disciplinas, estas abordagens têm reivindicado instrumentos analíticos capazes de articular diagnósticos localizados com diálogos transnacionais (Khan, 2015). Descolonizar é, portanto, uma tarefa analítica, metodológica e política. Requer reconhecer as marcas sensoriais e afetivas do colonialismo nas instituições, nos corpos e nos espaços sociais, e requer construir novas gramáticas de investigação que apreendam essas heranças. A pergunta final não é retórica, mas um imperativo metodológico: o que é preciso “sentir” para descolonizar?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABOIM, S. (2025, no prelo), “Women fight back: postcolonial anti-racist activism in Portugal”. *Gender, Place & Culture*.
- ÁGOAS, F. (2013), “Narrativas em perspetiva sobre a história da sociologia em Portugal”. *Análise Social*, 206, XLVIII (1.º), pp. 221-256. <https://doi.org/10.31447/AS00032573.2013206.10>.
- ALMEIDA, M. V. de (2000), *Um Mar da Cor da Terra: Raça, Cultura e Política da Identidade*, Porto, Afrontamento.
- ALMEIDA, M. V. de (2022), “O estranho caso da sobrevivência do lusotropicalismo. Uma narrativa perversa de identidade nacional”. *Ciberdúvidas da Língua Portuguesa*, 11 de março de 2022. <https://ciberduvidas.iscte-iul.pt/outros/diversidades/o-estranho-caso-da-sobrevivencia-do-luso-tropicalismo/4829> [consultado em 10-01-2025].
- ANDERSON, W., ROQUE, R., SANTOS, R. V. (eds.) (2019), *Luso-tropicalism and its Discontents: The Making and Unmaking of Racial Exceptionalism in the Portuguese-speaking World*, Nova Iorque, Berghahn Books.
- ARAÚJO, M. (2008), “Racismo.pt”. In T. Cunha e S. Silvestre (orgs.), *Somos Diferentes, Somos Iguais: Diversidade, Cidadania e Educação*, Santa Maria da Feira, Acção para a Justiça e Paz, pp.25-49.
- ARAÚJO, M. (2021), “Notes on racism, democracy, and research”. *Ethnic and Racial Studies*, 44 (13), 2399-2407. <https://doi.org/10.1080/01419870.2021.1884277>.
- ARAÚJO, M., RODRIGUES, A. (2018), “História e memória em movimento: escravatura, educação e (anti-) racismo em Portugal”. *Revista História Hoje*, 7(14), pp.107-132. <https://doi.org/10.20949/rhhj.v7i14.468>
- BASTOS, C. (2019), “Luso-tropicalism debunked, again. Race, racism, and racialism in three Portuguese-speaking societies”. In W. Anderson, R. Roque, R. V. Santos (eds.), *Luso-tropicalism and its Discontents: the Making and Unmaking of Racial Exceptionalism*, Nova Iorque, Berghahn Books, pp.243-264.
- BASTOS, C., FELDMAN-BIANCO, B., ALMEIDA, M. V. de (2002), *Trânsitos Coloniais: Diálogos Críticos Luso-Brasileiros*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- CAHEN, M. (2018), “A mestiçagem colonialista ou a colonialidade de Gilberto Freyre na colonialidade do Brasil”. *Portuguese Studies Review*, xxvi (1), pp. 299-349.
- CAMILO, V. (2021), “Necromemória: reflexões sobre um conceito”. *Canoa do Tempo*, 13. <https://doi.org/10.38047/rct.v13.FC.2021.al10.p.1.28>

- CAMPOS, R., VAZ, C. (2014), “Rap e graffiti na Kova da Moura como mecanismos de reflexão identitária de jovens afrodescendentes”. *Sociedade e Cultura* 16 (1), pp. 129-141.
- CARDÃO, M. (2018), “‘Já fui conquistador’: Como era representado o imperialismo português na cultura pop antes e depois do 25 de Abril?”. Entrevista ao programa *90 segundos de ciência*, 14 de Maio de 2018 <https://www.90segundosdecienca.pt/episodes/ep-384-marcos-cardo/> [consultado em 10-01-2025].
- CARDIM, P. (2023), “Reassessing the Portuguese imperial past: scholarly perspectives and civic engagement”. *Journal of Lusophone Studies*, 8 (1), pp. 176-206.
- CASTELO, C. (1998), “O Modo Português de Estar no Mundo”: *O Luso-tropicalismo e a Ideologia Colonial Portuguesa (1933-1961)*, Porto, Afrontamento.
- COSTA-LOPES, R. et al. (2024), *Barómetro da Imigração*. FFMS. <https://ffms.pt/pt-pt/estudos/barometros/barometro-da-imigracao-perspetiva-dos-portugueses> [consultado em 10-01-2025].
- CUNHA, C. M. F. (2009), “A questão da ‘especificidade’ do pós-colonialismo português”. In *vi Congresso Nacional Associação Portuguesa de Literatura Comparada / x Colóquio de Outono Comemorativo das Vanguardas*, Braga, Universidade do Minho.
- DOMINGOS, N., PERALTA, E. (2023), “Managing the imperial past. The uses of Portuguese colonial exceptionalism”. *Memoria e Ricerca: Rivista di Storia Contemporanea*, 2, pp. 275-300.
- DU BOIS, W. E. B. (1999 [1903]), *The Souls of Black Folk. Authoritative Text, Contexts, Criticism*, Nova Iorque, NY, Norton.
- FERREIRA, A. P. (2007), “Specificity without exceptionalism: Toward a critical Lusophone post-coloniality”. In P. de Medeiros (ed.) *Postcolonial Theory and Lusophone Literatures*, Utrecht, Portuguese Studies Center – Opleiding Taal en Cultuur, pp. 21-40.
- FREYRE, G. (1953), *Aventura e Rotina*, Rio de Janeiro, José Olympio.
- FREYRE, G. (2005 [1933]), *Casa-grande & Senzala: Formação da Família Brasileira sob o Regime da Economia Patriarcal*, São Paulo, Global Editora.
- HALBWACHS, M. (1992 [1925]), *On Collective Memory*, Chicago, University of Chicago Press.
- HOWES, D. (2022), “In defense of materiality: Attending to the sensori-social life of things”. *Journal of Material Culture*, 27 (3), pp. 313-335. <https://doi.org/10.1177/13591835221088501>
- JERÓNIMO, M. B., MONTEIRO, J. P. (2019), “O trabalho forçado no colonialismo português: Além das fronteiras do império (1919-1962)”. In A. C. Ferreira (ed.), *oIT e Portugal: 100 Anos de História*, Geneva, oIT, pp. 143-167.
- KHAN, S. (2015), *Portugal a Lápis de Cor. A Sul de uma Pós-colonialidade*, Coimbra, Almedina.
- MADEIRA, F. et al. (2025, no prelo), “When the past weighs on the present: colonial ideologies shape contemporary attitudes toward immigration policies”. *British Journal of Social Psychology*.
- MEDEIROS, P. (2007), *Postcolonial Theory and Lusophone Literatures*, Utrecht, Portuguese Studies Center/Universiteit Utrecht.
- NORA, P. (1989), “Between memory and history: les lieux de mémoire”. *Representations*, 26, pp. 7-24.
- ONG, W. J. (1991), “The shifting sensorium”. In D. Howes (ed.), *The Varieties of Sensory Experience*, Toronto, University of Toronto Press, pp. 25-30.
- PERALTA, E. (2017), *Lisboa e a Memória do Império: Património, Museus e Espaço Público*, Lisboa, Outro Modo.
- PERALTA, E. (2025), “Insurgent memory, post-imperial governance, and change: reassessing the truth about Portugal’s colonial history”. *Rethinking History*, pp. 1-24. <https://doi.org/10.1080/13642529.2025.2455868>.

- PERALTA, E., DOMINGOS, N. (2019), "Lisbon: reading the (post-)colonial city from the nineteenth to the twenty-first century". *Urban History*, 46(2), pp. 246-265. doi:10.1017/S0963926818000366
- PEREIRA, A. A., CRESPO, F. N. (2022), "Há negros portugueses? Disputa por sentidos à história e cultura em Portugal". *Linhas Críticas*, 28, e42667.
- PEREIRA, C. R. (2023), *O Passado no Presente: Antecedentes e Consequentes do Luso-tropicalismo para a Legitimização da Desigualdade Social e Racial Contemporânea*. FCT: 2022.05941.PTDC. <https://www.ics.ulisboa.pt/projeto/o-passado-no-presente-antecedentes-e-consequentes-do-luso-tropicalismo-para-legitimacao-da>.
- PEREIRA, J., VARELA, P. (2019), "A história silenciada do movimento negro em Portugal (1911-1933)". *Le Monde Diplomatique - versão portuguesa*, out./2019, pp. 38-39.
- PICCINELLI, E., VAUCLAIR, C.-M., MADEIRA, F. (2024), "Contextualizing the manifestation of gendered colonialist microaggressions: a qualitative study on post-colonial migration experiences among immigrant women". *Psychology of Women Quarterly*, 49 (1), pp. 39-56. <https://doi.org/10.1177/03616843241286822>.
- PIRES, F. Q. (2021), "Tactile colonialism: From multisensory perception to the colonizing gaze in Gilberto Freyre's work". *Journal of Lusophone Studies*, 6(2). <https://doi.org/10.2147/jls.v6i2.459>.
- RANCIÈRE, J. (2004), *The Politics of Aesthetics: The Distribution of the Sensible*, Nova Iorque/Londres, Continuum.
- RIBEIRO, M. C., RIBEIRO, A. S. (eds.) (2016), *Geometrias da Memória: Configurações Pós-Coloniais*, Lisboa, Porto, Afrontamento.
- RIBEIRO, M. C. (2004), *Uma História de Regressos: Império, Guerra Colonial e Pós-colonialismo*, Lisboa, Porto, Afrontamento.
- ROLDÃO, C. (2019), "Racismo: desigualdades contemporâneas e legados coloniais". In *O Direito sobre si Mesmo: 150 Anos da Abolição da Escravatura no Império Português*, Lisboa, Assembleia da República Portuguesa.
- ROLDÃO, C., PEREIRA, J. A. e VARELA, P. (2023), *Tribuna Negra : Origens do Movimento Negro em Portugal (1911-1933)*, Lisboa, Tinta-da-china.
- ROSAS, F. (2013), *Salazar e o Poder: A Arte de Saber Durar*, Lisboa, Tinta-da-china.
- SANCHES, M. R. (2005), *Deslocalizar a Europa: Antropologia, Literatura e História na Pós-Colonialidade*, Lisboa, Cotovia.
- SANTOS, A. C., VASCONCELOS, P. (2019), "O ativismo negro em Portugal: dinâmicas e reivindicações". *Migrações*, 16, pp. 80-96.<https://www.om.acm.gov.pt/documents/58428/183863/RM%2316+TIAGO+SANTOS.pdf/88594a1b-a159-4dc2-8470-f81ba1a2eafa> [consultado em 10-01-2025].
- SANTOS, B. de S., MENESES, M. P. (2003), *Epistemologias do Sul*, Lisboa, Almedina.
- SANTOS, B. de S. (2001), "Entre Próspero e Caliban: colonialismo, pós-colonialismo e inter-identidade". In I. Ramalho e A. S. Ribeiro (eds.), *Entre Ser e Estar – Raízes, Percursos e Discursos da Identidade*, Porto, Afrontamento, pp. 23-85.
- SEREMETAKIS, C. N. (1993), "The memory of the senses: Historical perception, commensal exchange and modernity". *Visual Anthropology Review*, 9(2). <https://doi.org/10.1525/var.1993.9.2.2>
- SILVA, F. C., CABRAL, M. V. (2020), "The politics of the essay. Lusotropicalism as ideology and theory". *The American Sociologist*, 51, pp. 381-397. <https://doi.org/10.1007/s12108-020-09459-9>.

- SOUZA, V. (2021), "As marcas do Luso-Tropicalismo nas intervenções do presidente da República português (2016-2021)". *Revista Ciências Humanas*, 14 (2). <https://doi.org/10.32813/2179-120.2121.v14.n2.a744>.
- STOLER, A. L. (2016), *Duress: Imperial Durabilities in Our Times*, Durham, Duke University Press.
- VALA, J., PEREIRA, C. R. (2018), "Racisms and normative pressures: a new outbreak of biological racism?". In M. C. Lobo, F. C. Silva, J. P. Zúquete (eds.) *Changing Societies: Legacies and Challenges. Citizenship in Crisis*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, vol. 2, pp. 217-248.
- VALENTIM, V. (2024), *The Normalization of the Radical Right: A Norms Theory of Political Supply and Demand*, Oxford, Oxford University Press.
- VICENTE, F. L., MATA, I., e DINIZ, S. (eds.) (2025), *Álbuns de Família – Fotografias da Diáspora Africana na Grande Lisboa (1975-hoje)*, Lisboa, Tinta-da-china.

Recebido a 04-02-2025. Aceite para publicação a 24-07-2025.

ABOIM, S. (2025), "Descolonizar: reimaginar a ordem do sensível no Portugal pós-colonial". *Análise Social*, 257, LX (4.º), e44073. <https://doi.org/10.31447/44073>.

Sofia Aboim » [sofia.aboim@ics.ulisboa.pt](mailto:sوفia.aboim@ics.ulisboa.pt) » Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa » Avenida Professor Aníbal de Bettencourt, 9 — 1600-189 Lisboa, Portugal » <https://orcid.org/0000-0002-6605-8614>.